

Constituinte pode mudar o mapa do Brasil

Jorge Abreu

A nova Constituição poderá mudar o mapa do Brasil. Propostas de fusão e criação de Estados, anexação e desmembramento de áreas continuam chegando à Comissão de Organização do estado, o que leva o relator, deputado Siqueira

Campos (PDC-GO), a crer que, se a Constituinte não realizar efetivamente uma redivisão territorial do país, irá, pelo menos, iniciá-la.

O próprio Siqueira Campos é um dos mais árdios defensores de uma proposta que surge com força para ser aprovada na Constituinte: a de criação do Estado de Tocantins. Antiga reivindicação, ela é defendida também pelo senador Iram Saraiva (PMDB-GO), que já enviou uma sugestão, nesse sentido, à Comissão.

Ao justificar sua proposta, o senador afirma que o Estado de Goiás possui um território muito grande, praticamente "ingovernável". Por isso, acrescenta, "desmembrá-lo é permitir melhor governo e administração mais eficiente às duas partes em que se dividirá o Estado, com a criação do Estado do Tocantins".

De acordo com o senador, 64 municípios do norte de Goiás comporiam o Estado do Tocantins, sendo a capital construída no prazo de dez anos, a contar da promulgação da Constituição, em seu centro geográfico. O número de municípios, aliás, é a única diferença entre a proposta do senador e a da Associação dos Procuradores das Autarquias Federais em Goiás. A proposta, enviada recentemente ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, prevê o Estado com 60 municípios.

Também a Associação Comercial e Industrial de Colinas e Goiás enviou proposta idêntica ao deputado Ulysses Guimarães. E a prova de que o lobby pela criação do Estado é forte e reflete-se, ainda, no trabalho do Comitê Pró-Criação do Estado de Tocantins. Presidido pelo juiz federal Darcy Martins Coelho, de Goiânia, o comitê já recolheu cerca de 60 mil assinaturas de populares, para apresentação de proposta de emenda à Constituinte.

As maiores críticas à criação de novos Estados relacionam-se com as despesas que União terá que fazer. Mas, segundo estudos do Comitê, para instalar o Estado do Tocantins a União gastará apenas 640 mil OTN's e, em dez anos, o equivalente a 6 milhões e 400 mil OTN's, em programas especiais de desenvolvimento em Goiás e no Tocantins o que gastou com a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Exatamente com o objetivo de disciplinar o surgimento de novos Estados é que o senador Mauro Borges (PDC-GO) apresentou sugestão à Comissão. Ela permite a incorporação de Estados a outros, subdivisão ou desmembramento, mas desde que comprovada a autonomia econômica e financeira da nova unidade da Federação. E no parágrafo 1º veda à União prestar qualquer tipo de ajuda financeira "que tenha por objetivo viabilizar a criação de um novo Estado, ou esteja vinculada, de alguma forma, a essa condição".



Mauro Borges quer disciplinar redivisão

Territórios oneram a União

A transformação em Estados dos territórios federais de Amapá e Roraima é outra proposta que está sendo defendida na comissão, através de sugestões dos deputados Adylson Motta (PDS-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Eles argumentam que os territórios são altamente dispendiosos para a União, porque juridicamente se apresentam sob a forma de autarquias, e não aceitam a manutenção da figura do governador nomeado, que consideram incompatível com a democracia.

O deputado Adylson Motta, em sugestão, vai mais longe e propõe a anexação, por meio de lei complementar, do Território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco, "em função de sua localização geográfica". Também o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) quer a extinção do território e sua anexação a Pernambuco.

"Sempre foi uma base militar que, nos dias atuais, já perdeu sua razão de ser", ressalta Nilson Gibson, referindo à sua proposta. Ele acha que Fernando de Noronha tem uma vocação turística "inarrredável", que pode ser racionalmente aproveitada, gerando inúmeras riquezas para o país.

Comarca

Se depender do relator Siqueira Campos, Pernambuco ficará com uma área ainda maior. É que ele pretende reincorporar ao Estado o território correspondente à antiga Comarca do Rio de São Francisco, desligada da então Província de Pernambuco ainda na época do Império e incorporada à Província da Bahia.

"Os direitos de Pernambuco sobre a margem esquerda do rio São Francisco até o rio Carinhanha, em Minas Gerais, remontam às cartas de doação das capitâneas hereditárias", destaca Siqueira Campos, que está propondo, também, a transferência da capital de Pernambuco para a cidade de Barreiras, atualmene localizada no sudoeste da Bahia.